



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS E HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE LICENCIATURA INTERDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

MICHELLY KATIUCE DE MORAIS BRILHANTE

**PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DO PROJETO DE ASSENTAMENTO
SÍTIO DO GÓIS: LUTAS E CONQUISTAS**

MOSSORÓ

2018

MICHELLY KATIUCE DE MORAIS BRILHANTE

**PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DO PROJETO DE ASSENTAMENTO
SÍTIO DO GÓIS: LUTAS E CONQUISTAS**

Monografia apresentada à Universidade Federal Rural do Semi-Árido como requisito para obtenção do título de licenciada em Educação do Campo com Habilitação em Ciências Naturais.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Janaiky Pereira de Almeida

MOSSORÓ

2018

©Todos os direitos estão reservados à Universidade Federal Rural do Semi-Árido. O conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade do autor, sendo o mesmo, passível de sanções administrativas ou penais, caso sejam infringidas as leis que regulamentam a Propriedade Intelectual, respectivamente, Patentes: Lei nº 9.279/1996, e Direitos Autorais: Lei nº 9.610/1998. O conteúdo desta obra tornar-se-á de domínio público após a data de defesa e homologação da sua respectiva ata, exceto as pesquisas que estejam vinculadas ao processo de patenteamento. Esta investigação será base literária para novas pesquisas, desde que a obra e seu respectivo autor seja devidamente citado e mencionado os seus créditos bibliográficos.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Central Orlando Teixeira (BCOT)
Setor de Informação e Referência (SIR)

A large, empty rectangular box with a thin black border, intended for the entry of cataloging data.

Bibliotecário-Documentalista
Nome do profissional, Bib. Me. (CRB-15/10.000)

MICHELLY KATIUCE DE MORAIS BRILHANTE

**PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DO PROJETO DE ASSENTAMENTO
SÍTIO DO GÓIS: LUTAS E CONQUISTAS**

Monografia apresentada na Universidade Federal Rural do Semi-Árido como requisito para obtenção do título de licenciada em Educação do Campo com Habilitação em Ciências Naturais.

Defendida em: ____ / ____ / ____.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora Prof^a. Dr^a. Janaiky Pereira de Almeida

Presidente

Prof^a. Dr^a. Gerciane Maria da Costa Oliveira
Membro Examinadora

Prof^a. Dr^a. Kyara Maria de Almeida Vieira
Membro Examinadora

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, em seguida aos meus pais: Maria Irene de Moraes e Odezio Brilhante Filho, pelos esforços que nunca foram medidos para ajudar-me. A minhas irmãs Walderlandia Moraes e Vitoria Moraes e meus irmãos Alexandre Moraes e Alexsandro Moraes.

Agradeço a todos os docentes que estiveram compartilhando o ambiente de aprendizado chamado sala de aula. Muito obrigado mesmo a todos vocês!!!

Agradeço a minha Orientadora, Janaiky Pereira de Almeida uma grande profissional que faz jus ao cargo de PROFESSORA, munido de muita competência, humildade, responsabilidade, caráter e ética.

Agradeço a todas as caronas até a faculdade, a todos que abriram suas portas e me deram dormidas. A todos meus amigos que foram essenciais para minha chegada até aqui.

.

A bandeira vermelha se moveu
É um povo tomando posição
Deixe o medo de tudo pra depois
Puxe a faca, desarme sua mão
Fique muito tranquilo pra lutar
Desamarre a linha da invasão
A reforma está vindo devagar
Desembocar no rio da razão
Disparada de vacas e de bois
É o povo tomando posição
É o povo tomando direção.

(Zé Ramalho – Sem-Terra)

RESUMO

Os projetos de assentamentos são comunidades estabelecidas por meio de decreto federal, conquistados por meio de lutas, onde os assentados buscam o direito a terra para viver e produzir, por meio da agricultura e pecuária, principalmente. A presente pesquisa possui o objetivo de analisar a constituição histórica do Projeto de Assentamento Sítio do Góis, localizado no município de Apodi/RN, assim como os movimentos sociais e organizações políticas presentes na comunidade. Foi realizada ainda uma discussão sobre o histórico dos assentamentos no Brasil e as potencialidades da região semiárida, voltada para os projetos de assentamentos rurais. No desenvolvimento da pesquisa realizamos observações nos quintais produtivos e entrevistas com moradores da comunidade a fim de saber mais sobre a história do assentamento, características dos moradores, organização política e sua importância e como os projetos governamentais auxiliaram no desenvolvimento e estabelecimento na área. Segundo os moradores entrevistados, a comunidade possui associação própria que, por meio dela, vieram vários benefícios, como o poço da comunidade, quadras de esporte, escola, posto de saúde, estradas etc. Os moradores do assentamento utilizam projetos oferecidos por órgãos federais responsáveis pelo desenvolvimento desses assentamentos, voltados para a agricultura familiar e armazenamento de água para épocas menos chuvosas, a organização política que foi estabelecida do Projeto de Assentamento Sítio do Góis, por meio de lutas, foi responsável pela maior parte do desenvolvimento da comunidade e trabalha atualmente para melhorias e ampliação dos recursos da comunidade, buscando melhorar principalmente o acesso à saúde e empregos dignos.

Palavras-chave: Assentamento. Sítio do Góis. Reforma Agrária. Movimento Sem-Terra.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASA	Articulação no Semi-Árido
ATES	Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental
CPT	Comissão Pastoral da Terra
FHC	Fernando Henrique Cardoso
IBRA	Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITR	Imposto Territorial Rural
MST	Movimento Sem-Terra
PA	Projeto de Assentamento
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAIS	Produção Agroecológica Integrada e Sustentável
PAPP	Programa de Apoio ao Pequeno Produtor
PLDO	Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias
PNAD	Programa Nacional por Amostra de Domicílios
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
RN	Rio Grande do Norte
SESP	Serviço Especial de Saúde Pública
STTR	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 DETERMINANTES HISTÓRICOS DE ASSENTAMENTOS NO BRASIL	14
2.1 O PROCESSO HISTÓRICO DE CONCENTRAÇÃO DE TERRAS NO BRASIL	14
2.2 A LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA E ACESSO A TERRA.....	17
2.3 A REFORMA AGRÁRIA	20
3 ORGANIZAÇÃO POLÍTICA, CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO E ASSENTAMENTOS RURAIS	25
3.1 DESAFIOS E POTENCIALIDADES DA VIVÊNCIA NO SEMIÁRIDO	25
4 ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DO PROJETO DE ASSENTAMENTO SÍTIO DO GÓIS	32
4.1 HISTÓRIA DO ASSENTAMENTO SÍTIO DO GÓIS: LUTAS E RESISTÊNCIAS	32
4.2 AS POTENCIALIDADES DO ASSENTAMENTO SÍTIO DO GÓIS.....	35
4.3 FORMAS DE ORGANIZAÇÃO POLÍTICA NOASSENTAMENTO SÍTIO DO GÓIS	36
4.4 IMPORTÂNCIA DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA PARA O DESENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE	42
5 CONCLUSÃO.....	45
REFERÊNCIAS	47
Apêndice 1 – Roteiro de entrevista	49
Apêndice 2 – Sistematização dos questionários	51

1 INTRODUÇÃO

De acordo com Sauer (2005, p. 59), “O assentamento é um espaço, geograficamente delimitado, que abarca um grupo de famílias beneficiadas por programas governamentais de reforma agrária. A constituição do assentamento é resultado de um decreto administrativo do governo federal que estabelece condições legais de posse e uso da terra”.

O instituto responsável pela organização dos assentamentos no Brasil é o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), que possui a missão de executar o projeto de Reforma Agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional.

De acordo com Bergamasco (1997), do ponto de vista das famílias assentadas, os assentamentos representam uma nova forma de produzir, controlando o tempo de trabalho e realização de novas atividades, garantindo uma nova oportunidade de vida.

Tomando o diálogo sobre os assentamentos rurais e lutas pela terra como norte da pesquisa objetivamos durante o desenvolvimento da pesquisa identificar a constituição histórica da organização política do Projeto de Assentamento Sítio do Góis. Como objetivos específicos, buscamos identificar também os movimentos sociais e articulações políticas presentes na constituição do assentamento; descrever o processo de organização da comunidade por meio da Associação dos trabalhadores rurais; e conhecer a importância dessa organização para o fortalecimento da comunidade.

Foram realizadas também observações dialogadas por meio da participação em assembleias da Associação, assim como de outros espaços de organização política, buscando informações sobre essa área. Foram realizadas também entrevistas com os moradores sobre como as tecnologias auxiliam no desenvolvimento de atividades na comunidade.

O interesse para estudar a história do PA sítio do Góis surgiu mediante a própria vivência na comunidade e minha participação no processo de organização. O interesse surgiu ainda da curiosidade sobre como se deram os processos dos assentamentos no Brasil nos diferentes governos, as alternativas utilizadas pelos assentados para conviver com o semiárido e as potencialidades e dificuldades dessas comunidades.

O Projeto de Assentamento (PA) Sítio do Góis está localizado no município de Apodi/RN, e surgiu no ano de 1997, a partir da ocupação dos trabalhadores rurais da região, na tentativa de conquistar um pedaço de terra. Como todo processo de conquista, foi marcado por conflitos de interesses. Por parte dos agricultores, esses interesses partiram da necessidade de garantir o acesso a terra, já que a maioria eram agricultores e não possuíam terras para exercer seu trabalho e garantir sua sobrevivência. Por outro lado estavam os fazendeiros que

queriam manter a posse de suas terras, mesmo que improdutivas e abandonadas produtivamente. A comunidade do Sítio do Góis, portanto, é fruto da necessidade dos trabalhadores em conquistar o direito de exercer uma atividade produtiva.

Após a conquista da área e instalação definitiva dos agricultores, iniciou-se o processo de organização interna, objetivando outras conquistas que auxiliassem no desenvolvimento da comunidade e o próprio crescimento e união internos. Nesse momento, foi escolhido o nome do local, onde foi decidido continuar como Sítio do Góis, que era o antigo nome da localidade. No processo de conquista da área, o apoio dado pelas entidades representativas dos trabalhadores rurais foi essencial, pois estas auxiliaram nas lutas e conflitos de conquista.

Atualmente, o PA Sítio do Góis é formado por 60 famílias, unindo aproximadamente 800 pessoas das mais diversas idades, compostas por agricultores, pequenos pecuaristas, motoristas, pedreiros etc. A agricultura exercida nesse assentamento é de subsistência, devido à baixa produção, ocasionada pela pouca disponibilidade de recursos financeiros e estruturais para essa atividade.

O PA Sítio do Góis foi beneficiado com projetos que auxiliam no desenvolvimento da agricultura e melhorias do assentamento, como a perfuração de um poço pelo Inbra, com 331m de profundidade e vazão de 30m/h que abastece toda a área. Outros projetos auxiliaram no financiamento para construção de novas casas, proporcionando melhorias na vida dos seus moradores.

A comunidade apresentou problemas e dificuldades econômicas, sociocultural, político-institucional, científico-tecnológico e ambiental, dificultando assim o desenvolvimento dos moradores, com pouco recurso para a agricultura e problemas para a qualificação profissional, acarretando em baixa produção e pouco estímulo para a área da educação. Além destas dificuldades, o maior problema do Assentamento Sítio do Góis é a falta de emprego, principalmente para a população jovem que muitas vezes é obrigada a deixar o assentamento em busca de oportunidades, situação esta agravada principalmente no período da seca.

A comunidade apresenta também poucas opções de lazer sociocultural tais teatro futebol como e dificuldades na área da saúde, pois se localiza longe dos centros de atendimentos e tem poucas opções de transporte. Na educação, a deficiência das escolas é apresentada como entrave que dificulta as perspectivas de desenvolvimento da comunidade. As condições das estradas que ligam o assentamento às cidades próximas também constituem um problema, uma vez que estas se apresentam em péssimas condições, se agravando no período de chuvas.

Os assentamentos no Brasil ainda possuem grandes dificuldades, principalmente por serem relativamente novos e por possuírem pouco apoio direto dos governantes. Os determinantes históricos de assentamentos no Brasil serão então abordados no segundo capítulo da presente pesquisa, buscando discorrer sobre o desenvolvimento desse processo histórico dentro da proposta de Reforma Agrária, suas lutas e conquistas.

O terceiro capítulo será dedicado ao estudo da organização política e métodos de convivência com o semiárido pelos assentados, analisando as transformações desses assentamentos e suas adaptações às dificuldades. Os desafios e potencialidades serão abordados também nesse capítulo, assim como a qualidade de vida dos assentados, e as formas de organização política, visando o fortalecimento e fixação desses locais, principalmente nas épocas de seca e baixa produtividade.

A história do PA Sítio do Góis será abordada no quarto capítulo, analisando seu histórico, processo de conquista, características e organização política. Nesse capítulo serão ponderadas também as dificuldades dessas comunidades e seus potenciais, investigando as possíveis soluções para essas situações.

Como conclusão apontamos que um dos fatores mais importantes nos assentamentos de trabalhadores e trabalhadoras rurais “sem-terra” é comprovadamente a sua auto organização e sustentabilidade. Para isso é fundamental demonstrar o valor do cooperativismo como uma das atividades que dá um apoio e possibilita uma continuação das atividades agrícolas nos assentamentos. Voltamos nossas atenções para exemplos concretos de Cooperativas de Assentamentos que, apesar das dificuldades que encaram, estão superando obstáculos e criando condições de crescimento. Tais condições comprovam que os assentamentos, em sua luta pela sobrevivência, dependem da organização coletiva.

2 DETERMINANTES HISTÓRICOS DE ASSENTAMENTOS NO BRASIL

Este capítulo discorre sobre os eventos e situações históricas que se destacaram no processo de formação dos assentamentos no Brasil, desde seu início e continuidade, como a proposta da Reforma Agrária e seus impasses, a luta pelo acesso a terra e como o governo participa desse processo de divisão de terras.

2.1 O PROCESSO HISTÓRICO DE CONCENTRAÇÃO DE TERRAS NO BRASIL

Alcantara Filho e Fontes (2009, p. 63) falam sobre a distribuição de terras no Brasil no seguinte trecho: “A estrutura fundiária é um importante fator relacionado à produção agropecuária, bem como à sua distribuição. O Brasil herdou do período colonial práticas concentradoras de terras e até hoje o país apresenta problemas relacionados à distribuição de terras”.

Esses problemas na distribuição de terras é a concentração de grandes áreas na mão de poucas pessoas, deixando assim os demais com pouca ou nenhuma terra, e geralmente as terras menos produtivas.

É possível afirmar que o Brasil é um país cuja distribuição de terras está altamente concentradas e altas níveis de desigualdade ainda perduram. Mesmo contendo grande quantidade de terras improdutivas, públicas e devolutas no país, o conservadorismo no campo prevalece aos interesses sociais (ALCANTARA FILHO; FONTES, 2009, p. 83).

Após a independência do Brasil, a questão de propriedade de terra se tornou bastante presente, pois cada um queria sua parte e que fosse uma grande quantidade. Os políticos então tentaram ordenar a ocupação de terras no século XIX, pois havia uma preocupação em resguardar grandes pedaços de terra para aqueles que produziram muito, evitando assim os conflitos com produtores. Mas por outro lado, buscava-se também reparar os problemas históricos, como a escravidão, distribuindo pedaços menores de terra aos ex-escravos, buscando um progresso econômico e social (LEITE, et al, 2004).

A Lei de Terras de 1850, o Decreto de 1854 e a legislação como um todo buscavam seguir essa tendência de distribuição do solo. Essa preocupação se estendeu por todo o século XX, mas houveram grupos que desarticularam essa iniciativa, alterando-a ao longo do tempo.

A reforma agrária e a solução do problema rural, que antes caminhavam juntos, se tornaram contrários.

A partir do pós-guerra, a questão agrária passou a ser associada à idéia de “desenvolvimento econômico”. Todos continuavam defendendo a necessidade de intervenção do Estado. Logo no início da redemocratização, em 1945, foi discutido no Parlamento um projeto de Código Rural que, abrangente, buscava estabelecer normas para os mais diferentes aspectos da vida rural. Ao mesmo tempo, multiplicavam-se os projetos de reforma agrária, onde o fundamental era a democratização da propriedade. No início dos anos 60, passou a ocorrer uma espécie de contraposição entre “desenvolvimento agrícola” (propostas de modernização dos latifúndios, sem atingir a fundo a propriedade) e “reforma agrária” (propostas de redistribuição da propriedade da terra, como medida de justiça social e exigência do desenvolvimento) (LEITE et al., 2004, p. 38).

Em 1950, apoiada pelas políticas estatais, a reforma agrária ganhou uma nova configuração, aliada à modernização da produção agropecuária, iniciando assim uma importante transformação social, demográfica e política na história do Brasil.

A expansão da produção agrícola em grande escala (sobretudo soja, cana-de-açúcar, milho, laranja e algodão) e da pecuária ultraextensiva, ambas em grandes propriedades monocultoras, permitiu, por um lado, a formação de pólos industriais em algumas metrópoles e capitais regionais, mas desencadeou, por outro, uma série de problemas ambientais (como a devastação de ecossistemas e as variadas formas de poluição) e socioeconômicos (como a tênue vinculação econômica com um elevado número de pequenos municípios; a redução na ocupação de força de trabalho; o despovoamento do meio rural) (NORDER, 2004, p. 10).

O êxodo rural aumentando drasticamente levou a formação desordenada dos centros urbanos, onde se vê até hoje locais lotados, muitas vezes em situação de miséria e subsistência.

Segundo Sachs (2001), em poucas décadas a população será dividida em pessoas que trabalham e moram em boas moradias, e pessoas que moram em locais precários, como favelas, trabalhando de forma informal ou como boias-frias. Este autor conecta o problema do êxodo rural à questão de poucas oportunidades de empregos na zona rural, destacando que a realidade antes imaginada se tornou realidade, pois na década atual já existem muitas favelas e dificuldades de empregos. Essas pessoas do êxodo rural então migraram para a cidade buscando empregos, e acabam, em sua maioria, se apinhando em favelas e zonas de pobreza.

O Portal Reforma Agrária no Brasil fala sobre o Estatuto da Terra no seguinte trecho: “Basicamente, o estatuto da terra tinha duas grandes propostas: executar a reforma agrária e

desenvolver a agricultura. Mas, o que se pode constatar no decorrer dos anos, é que a reforma agrária ficou apenas no papel”¹.

O Estatuto da Terra, promulgado no primeiro governo militar, incorporou estas duas propostas à letra da lei. Foi uma tentativa de conciliar por um lado a defesa da propriedade e a reivindicação de maior apoio à “agricultura” (aos negócios dos grandes proprietários, em dificuldades) e por outro a reivindicação do acesso à terra por trabalhadores rurais (que emergiam com identidade própria nas lutas travadas através das associações, ligas camponesas e sindicatos que se espalharam a partir de meados dos anos 50). Em nome do princípio da propriedade, tentou-se garantir e limitar os direitos dos que já eram proprietários e pôr no horizonte dos que não o eram essa perspectiva. A intervenção sistemática na distribuição da propriedade tornou-se juridicamente possível, o que não quer dizer que se tenha tornado uma prática efetiva (LEITE *et al.*, 2004, p. 38).

O Estatuto da Terra criou então novos conceitos, como a tipologia de imóveis rurais e critérios para identificação destes, podendo ser ou não desapropriados. O estatuto estabeleceu também um sistema de intervenção, onde foram estudadas três regiões do país: aquelas que possuíam áreas homogêneas, aquelas que necessitavam da reforma agrária para eliminação dos minifúndios e latifúndios, e aquelas que estavam em estado avançado de desenvolvimento social e econômico. A partir dessa divisão, seria possível identificar as possíveis áreas para desapropriação e reforma agrária.

No entanto, durante o regime militar prevaleceu, inequivocamente, a vertente do “desenvolvimento agrícola” em detrimento da “reforma agrária” do Estatuto. Políticas de governo voltadas para a modernização do latifúndio tiveram lugar central na estratégia de desenvolvimento adotada, na qual as exportações de produtos agrícolas e agroindustriais eram essenciais para a geração de divisas. Medidas de “reforma agrária” (desapropriações por interesse social) foram usadas topicamente, para resolver um ou outro conflito (LEITE *et al.*, 2004, p. 38).

A partir daí, os governantes acionaram antigos instrumentos, usados antes da criação do estatuto, como uma alternativa para as desapropriações, que eram os grandes projetos de colonização, o imposto territorial, compra de terras e outros.

Foram criados também novos instrumentos, como o atual Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), que é uma implementação do antigo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (Ibra), com o intuito de fundamentar a colonização, administrar as cobranças e distribuir o Imposto Territorial Rural (ITR).

¹ Portal Reforma Agrária no Brasil. Estatuto da Terra. Disponível em: <<http://reforma-agraria-no-brasil.info/estatuto-da-terra.html>>. Acesso em 01 de Junho de 2018.

As desapropriações só eram concretizadas por meio de muita pressão dos sindicatos e entidades de apoio, mesmo que nessa época as manifestações tendessem a ser reprimidas pelo governo militar.

Na prática, sucederam-se decretos criando e recriando ‘áreas prioritárias de reforma agrária’, sem que efetivamente se procedesse às desapropriações. No final do governo militar e nos primeiros anos de regime democrático, adotou-se o procedimento de criar áreas prioritárias *ad hoc*. O que deveria ser o ordenador de uma política de redistribuição da propriedade tornou-se um empecilho burocrático a mais. Cada vez que conflitos de uma certa monta pressionavam o governo a realizar uma desapropriação, eram necessários dois decretos diferentes: um criando uma área prioritária e outro considerando o imóvel passível de desapropriação por interesse social, a última palavra cabendo à Justiça” (LEITE et al., 2004, p. 39).

A agilidade impulsionada pelas disputas fundiárias na década de 80 e a reformulação das organizações formadas por populares estão inseridas de forma importante na trajetória da luta agrária no Brasil, mesmo que prejudicada nas décadas do governo militar. Começou a se formar então acampamentos constituídos por trabalhadores rurais que buscavam a desapropriação de terras, que organizados formaram o Movimento dos trabalhadores Sem Terra (MST), surgindo então uma nova forma de buscar democracia participativa no país.

O MST e as outras organizações populares do ramo buscaram reivindicar a desapropriação das propriedades improdutivas ou irregulares para serem utilizadas pela reforma agrária, redistribuindo assim também as áreas públicas.

2.2 A LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA E ACESSO A TERRA

De acordo com Norder (2004), a situação da reforma agrária no Brasil é caracterizada por um conjunto de muitas manifestações históricas que unem a terra, o trabalho e o poder. A promulgação da Lei Áurea e a busca por trabalho livre, além da alteração do estatuto jurídico que dita a ocupação do solo, estiveram atreladas à queda do poder monárquico e à formulação das políticas de migração. Houve, nestes processos, a formação e consolidação de oligarquias agrárias locais com considerável poder político, em articulação com as formas autoritárias de exercício de poder no governo central.

A luta pela desapropriação de terras e áreas públicas se consolida baseando-se na organização política já existente e praticada nas propriedades rurais, delimitando as bases sociais e territoriais de confronto latifundiário, com coordenação e encaminhamento político a

nível nacional. Isso tudo resultou em muitos pontos de conflitos sociais e, até o final de 90, no assentamento de 500 mil famílias em todo o país (NORDER, 2004).

Inicia-se uma grande batalha por parte do governo federal, na busca de melhores condições jurídicas que pudessem garantir os processos desapropriatórios de forma mais rápida e efetiva. Isto porque os parques instrumentos de reforma agrária foram sendo corroídos no decorrer dos tempos. O Estatuto da Terra, marco jurídico importante para implementação de uma reforma agrária no país, teve sua existência simultânea à destruição dos direitos políticos que garantiriam sua implementação. Mesmo sua retomada em 1985, com o estabelecimento do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), é frustrada pela pressão da contra-reforma, representada pelo latifúndio conservador e arcaico, como por exemplo a União Democrática Ruralista (UDR) (BERGAMASCO, 1997, p. 38).

Unida à redemocratização de 1985, surgiu uma expectativa de alteração do então atual quadro da reforma agrária, onde esta foi inscrita como prioridade. Durante o 4º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, foi anunciada a Proposta do Plano Nacional de Reforma Agrária, onde foram estabelecidas metas a curto, médio e longo prazo, quanto à extensão de áreas que seriam desapropriadas e o número de famílias que seriam beneficiadas, indicando as áreas prioritárias da reforma agrária.

Ao longo da transição do regime militar-autoritário para o democrático-parlamentar, diversos movimentos sociais e sindicais passaram a organizar milhares de famílias entre as mais pobres do país e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) foi se consolidando como um dos mais ativos protagonistas na luta pela reforma agrária no Brasil. No entanto, o número de pessoas inseridas em programas de assentamentos rurais permaneceu bastante reduzido [...] O Estatuto da Terra havia definido em 1964 as condições para a desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária. Entretanto, transcorreram-se vinte anos de governos militares sem que houvesse qualquer esboço de transformação na distribuição fundiária (NORDER, 2004, p. 57).

Esse estatuto determinava que, por meio de planos periódicos, ocorreria a efetivação da reforma agrária. Stedile (2013) fala que, em 1985, Sarney incluiu a reforma agrária como um elemento do Pacto Social da Transição Democrática, como um plano de seu governo, desapropriando, para fins de reforma agrária, cerca de 5,65 milhões de hectares.

Mas, segundo Norder (2004), a proposta da reforma agrária de Sarney, anunciada durante um congresso de trabalhadores da agricultura, não foi bem aceita pelos proprietários e produtores rurais, que se revoltaram e começaram a usar a força armada para defender sua propriedade de terras. A partir daí, as desapropriações se tornaram cada vez mais sem

planejamento e não sistemáticas, de forma muitas vezes violenta, em maior frequência, talvez pela revolta também por parte daqueles que buscavam a reforma agrária.

Segundo Scolese (2004), o então governo de FHC, a partir de 1996, passou a divulgar suas ações e resultados, esclarecendo a realização de suas metas previstas para a questão das famílias assentadas. Mas surgiu então uma polêmica em torno desses números, pois divergiam entre os dados fornecidos pelo Incra e pelo MST, onde o MST indicava números bem maiores de famílias que necessitavam de assentamentos.

De acordo com o Dossiê Reforma Agrária (1997), o Incra, diante das polêmicas quanto aos números sobre assentamentos, encomendou o I Censo da Reforma Agrária no Brasil, encarregando as universidades brasileiras de buscar os resultados esperados, tendo como coordenadora a Universidade de Brasília. O objetivo desse censo era atualizar os cadastros no Incra, identificar novas famílias e outras informações que fossem necessárias, além de um levantamento sobre a situação social e econômica dessas pessoas.

Segundo o Incra, até 2017, haviam 972.289 famílias assentadas em 9.374 assentamentos no Brasil. Esses assentamentos constituem 87.978.041,18ha de terra. Dentre essas famílias, 9.897 foram beneficiadas com o programa Minha Casa Minha Vida e 23.397 famílias beneficiadas com o Bolsa Verde. Há também famílias beneficiadas com programas como o Programa de Aquisição de Alimentos e o Crédito Instalação.

Os assentamentos estão distribuídos em todo o território nacional, e funcionam da seguinte maneira:

Os trabalhadores rurais que recebem o lote comprometem-se a morar na parcela e a explorá-la para seu sustento, utilizando exclusivamente a mão de obra familiar. Eles contam com créditos, assistência, infraestrutura e outros benefícios de apoio ao desenvolvimento das famílias assentadas².

Até que possuam a escritura do lote, os assentados e a terra recebida estarão vinculados ao Incra. Portanto, sem portar a escritura do lote em seu nome, os beneficiados não poderão vender, alugar, doar, arrendar ou emprestar sua terra a terceiros. Os assentados pagam pela terra em forma de titulações, que receberam do Incra e pelos créditos contratados, com preços pré-estabelecidos em tabelas fornecidas pelo próprio Incra. Além da distribuição de terras, os assentamentos da reforma agrária dão condições de moradia e de

² Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Assentamentos. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/assentamento>>. Acesso em 01 de Junho de 2018.

produção familiar e garantem a segurança alimentar de brasileiros das zonas rurais que até então se encontravam sob risco alimentar e social².

Na leitura das diversas pesquisas citadas anteriormente, entende-se que a origem desses assentamentos da reforma agrária é a mais variada possível: regularização de terras ocupadas por posseiros, áreas de conflito por tentativa de expulsar os trabalhadores que viviam naquela terra como renteiro ou agregado, áreas improdutivas ocupadas pelo MST, reservas extrativistas, e usinas falidas e desapropriadas.

Os beneficiários dessas terras também são de uma grande variedade, pois podem ser posseiros que passaram longos períodos nas terras, filhos de produtores rurais pobres que buscam independência e produção, pequenos produtores que foram atingidos pelas obras públicas, seringueiros, assalariados rurais, populações das periferias urbanas e até aposentados que buscam melhorar sua renda.

As formas de se obter os assentamentos e os ocupantes formam uma variedade grande de origens, mas todos possuem o mesmo objetivo final: produzir dignamente em uma renda de terra, sem o risco de serem despejados a qualquer momento. Em todas as situações, a melhor e mais buscada forma de se obter esses assentamentos é por meio regular pelo governo, pois assim esses assentados teriam possibilidade de acessarem políticas públicas as quais não tinham acesso anteriormente.

Esses grupos assentados agora se deparam, ao longo de sua luta com um conjunto de instituições governamentais, não governamentais, ligadas às igrejas, e entidades locais e regionais de representação que buscam cada vez mais o direito a terra tão almejada pelos futuros assentados.

2.3 A REFORMA AGRÁRIA

A maior parte dos atuais assentamentos se originou em meio a conflitos, por vezes armados e com outras formas de violência. As classes mais pobres da população buscam cada vez mais o direito à terra, servindo então a reforma agrária como uma das formas de combate à desigualdade social e política.

Segundo Pasquetti (2007), como as fazendas de criação de gado em sistema ultra-extensivo são marcadas por terras improdutivas ou pouco utilizadas, se tornam alvos fáceis de ocupação. A reforma agrária foi proposta com o objetivo de enfrentar e encerrar os conflitos sociais frente à pressão das organizações populares e sindicatos, mas se tornou também uma importante questão no país, se mostrando como uma disputa entre produtores que possuem

muitas terras e não as utilizam de forma proveitosa e aqueles que não possuem terra nem para morar.

Desde 1990, a quantidade de pessoas residentes em assentamentos provenientes da reforma agrária cresce de forma exponencial.

A partir de 1999, quando se iniciou o segundo mandato de FHC, houve uma alteração nas políticas agrárias do governo federal. A mais relevante diretriz dessa reformulação institucional foi a de fundir as políticas de reforma agrária com as políticas de fortalecimento da agricultura familiar em geral, buscando superar o que foi considerado ‘um conceito equivocado que estabelecia uma diferenciação artificial entre agricultores familiares e assentados de reforma agrária’. Essa premissa levava a alterações tanto nas políticas fundiárias como nas formas de financiamento da produção nos assentamentos (NORDER, 2004, p. 68).

O governo buscava manter a continuidade da desapropriação de terras não utilizadas por latifundiários, mas recorrendo a medidas complementares buscando menos conflitos. As medidas mais utilizadas foram a compra das terras pelo governo por meio de leilões, organização do crédito fundiário por meio do Banco da Terra, utilização de terras federais e estaduais e a regularização das áreas que estivessem em conflito entre proprietários e pessoas que buscavam se assentar.

Segundo Coelho (2014) o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), de 1995 a 2003, foi tenso em relação à reforma agrária, pois o próprio presidente e seu governo não agradaram as lideranças políticas responsáveis pelos movimentos sociais no campo, como o Movimento Sem Terra (MST). Esse governo foi então representado como o “continuísmo” de políticas que já vinham sendo planejadas desde o Regime Militar (1964-1984), onde começou a trabalhar essa pauta por meio de pressão.

Segundo Carvalho (2003, p. 14), FHC teria instalado uma contra-reforma agrária, onde as terras foram divididas para pequenos proprietários rurais, mas no mesmo período, os imóveis rurais aumentaram significativamente, indicando que os grandes proprietários usufruíram dessas terras, e por isso o nome de contra-reforma. O governo de Lula encontrou, então, dificuldades para sair dessa armadilha política.

A reforma agrária convencional é resultado de uma operação negociada entre antigas e novas forças sociais por intermédio do sistema institucionalizado de partidos conservadores e reformistas, tentando modificar as regras de funcionamento da estrutura latifundiária sem mudar as normas institucionais da “sociedade tradicional” representada pelo latifúndio e por amplos setores do empresariado rural ligado à pecuária e à

produção de grãos para a exportação. Essa via enfoca a reforma agrária como uma questão isolada e setorial (GARCIA, 1973, p. 40).

Martins (2003) discute ainda sobre os governos de FHC e Lula no trecho a seguir.

O governo Fernando Henrique Cardoso atuou no sentido de dar visibilidade política a esse processo e de confirmá-lo, por meio das medidas que tomou num capítulo da história fundiária brasileira literalmente ignorado. A criação de um Ministério Extraordinário da Reforma Agrária, separado e independente do Ministério da Agricultura, constituiu-se de fato na criação de um gestor político autônomo da função social da propriedade que se sobrepõe ao gestor técnico da partição da terra, que é o Incra. O governo do presidente Luiz Inácio reverteu esse processo ao nomear um gestor político para o Incra, que esvaziou a função do ministro e ao mesmo tempo rompeu o pacto republicano que havia no caráter suprapartidário da questão e da reforma agrária (MARTINS, 2003, p. 31).

Messias (2007) fala sobre os governos de Lula e Dilma aderirem ao agronegócio, onde o autor considerou ser uma estratégia política que não deu certo. “A adesão ao agronegócio por parte dos governos Lula e Dilma se deu muito mais por uma estratégia de continuidade política, do que por qualquer convicção construída a partir de estudos científicos e econômicos efetivos, ou seja, sua assimilação como política agrária foi essencialmente política” (MESSIAS, 2007, p. 93).

Durante os primeiros meses do governo Lula, o MST não cessou as formas de pressão, por meio de ocupações e marchas. Por causa da intensificação dos conflitos, Lula foi afirmando constantemente na mídia que ninguém faria a reforma agrária na marra, mas não afirmou no mesmo tom que ninguém impediria a reforma agrária na marra” (FERNANDES, 2003, p. 6).

No mais, o governo de Lula deixou a desejar quanto à reforma agrária, pois esperava-se mais de um governante que defendia tanto essa pauta, que acabou se tornando estratégia política.

Segundo a Revista Fórum³ (2012), comparando os governos de FHC, Lula e Dilma, no primeiro ano de governo, FHC assentou mais famílias, totalizando 42.912, 36.301 e 22.021, respectivamente. Porém, os governos de Lula e Dilma foram voltaram-se mais para

³ Revista Fórum. E a reforma agrária, presidenta Dilma?. Disponível em: <<https://www.revistaforum.com.br/e-a-reforma-agraria-presidenta-dilma/>>. Acesso em 27 de Agosto de 2018.

programas de auxílio aos assentados, mas ainda assim os dados mostram grande decréscimo de famílias assentadas e regularizações, provavelmente causados pela falta de planejamento.

Coelho (2016) conclui o seguinte trecho sobre as questões políticas e lutas para a instauração da reforma agrária no seguinte trecho:

Os assentamentos conquistados pelos sem-terra simbolizam a força, luta e resistência dos movimentos sociais do campo, mas as conquistas, infelizmente, estão às ‘margens’ dos latifúndios. A concentração fundiária no Brasil foi e é uma realidade, e está sob a proteção do próprio Estado. Historicamente, a reforma agrária foi uma demanda social ignorada pelos governos brasileiros, e a redemocratização do Brasil, na década de 1980, não garantiu a democratização da terra (COELHO, 2016, p. 190).

Seguidas dessas lutas e conquistas, os assentados ganharam visibilidade e lutaram pelo direito de possuírem as terras. Segundo Norder (2004), em casos de terras adquiridas pelo governo objetivando ser destinada aos futuros assentados, era estabelecido o prazo de 20 anos para realização do pagamento, com até três anos de carência. Para os assentamentos oriundos das desapropriações dos latifúndios, o governo ofereceu uma concessão de direito de uso da terra com cláusulas restritivas, mas permitindo ao assentado usufruir dessa terra e dando a oportunidade de ingressar em sistemas de crédito disponível para a agricultura familiar.

Portanto, o governo buscava promover uma certa homogeneização das condições de reembolso para os programas de reforma agrária por desapropriação de latifúndios e os programas de crédito fundiário. Mais precisamente, a reforma agrária começou a ser tratada como uma modalidade de crédito fundiário. Após a obtenção da terra, a concessão dos financiamentos para topografia e construções viárias e habitacionais seria condicionada a montagem de um Plano de Desenvolvimento, elaborado pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável (CMDS), cuja composição não havia sido sequer regulamentada. Nesta instância decisória, na qual também deveriam estar organizados os demais agricultores familiares e vários segmentos da sociedade civil, inclusive fazendeiros, comerciantes e empresários rurais, é que passaria a ser definida a forma de assistência técnica, as prioridades de infra-estrutura, a agenda de pesquisas e extensão, bem como a prestação de demais serviços sociais para os assentamentos e outros produtores da localidade (NORDER, 2004, p. 69).

Mesmo com a ação de pessoas contrárias à proposta da Reforma Agrária, esta vem crescendo nos últimos anos e ganhando destaque na mídia e mudando a realidade no campo, daquelas pessoas que precisam de terras para produzir e viver.

A luta pela criação dos assentamentos é de longa data, passando por grandes dificuldades e transtornos, muitas vezes chegando a sofrer com violência e morte de companheiros. Oliveira (2001, p. 191) discorre sobre a violência e mortes decorrentes da luta por terras e impacta com o seguinte trecho: “violência tem sido a principal característica da luta pela terra no Brasil”. O governo aos poucos busca apoiar os assentamentos, por meio de projetos no Incra, por mais que às vezes ainda haja o enfrentamento direto entre proprietários e integrantes principalmente do MST. Se o governo entrasse ainda mais na causa dos assentados, tanto a situação dos novos assentamentos quando a situação de continuidade dos atuais assentamentos seria mais fácil e menos traumática para todas as partes envolvidas.

O acesso à propriedade da terra e o aporte da mão-de-obra familiar para o trabalho no lote são elementos necessários, mas não suficientes para dar plenas condições de produção à população assentada. Após o ingresso num projeto de assentamento, os assentados deparam-se com uma “nova” situação, qual seja aquela de produtores rurais, mesmo que se trate aqui da recuperação de uma experiência anterior do próprio informante ou, ainda, do seu ambiente familiar. Nesta nova condição, de assentado-produtor rural, pesam sobremaneira os meios disponíveis às atividades produtivas (incluindo instalações, máquinas, equipamentos, implementos e insumos), o conhecimento sobre técnicas e procedimentos empregados e o acesso às políticas públicas de assistência técnica e ao crédito rural (LEITE, et al., 2004, p. 194).

O governo federal, por meio do Incra e exposto no site do mesmo, oferece aos assentados o acesso a diversos programas que auxiliam no desenvolvimento da agricultura familiar, como Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que compra diretamente os alimentos produzidos pelos agricultores familiares e assentados. Outro programa governamental que atualmente beneficia os assentados é o programa Minha Casa Minha Vida, que auxilia os assentados na construção de suas tão sonhadas casas.

3 ORGANIZAÇÃO POLÍTICA, CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO E ASSENTAMENTOS RURAIS

3.1 DESAFIOS E POTENCIALIDADES DA VIVÊNCIA NO SEMIÁRIDO

“Os assentamentos rurais trazem no seu horizonte algumas alternativas econômicas e sociais para parte significativa de trabalhadores brasileiros, que se encontram marginalizados e excluídos do processo de produção vigente e, que conformam a questão agrária brasileira”³

No decorrer dos anos, a consagração da luta objetivando conquistar terras por meio dos assentamentos se mostra eficaz, se desdobrando em perspectivas de produção, moradia, renda e condições de trabalho dignas. Os assentamentos podem ser considerados como ponto de partida, pois de lá os assentados se tornam novos atores no cenário da produção familiar. Pode também ser considerado como ponto de chegada, devido às conquistas em batalhas durante tantos anos, permitindo a integração social pelo acesso à terra.

Onde antes existia latifúndio, hoje ressurgue com nova vida, aos poucos desenvolvendo o processo de convívio entre os assentados, recriando as condições básicas de vida e ajustes sociais para a sobrevivência do assentamento. Os assentamentos são então comunidades em formação, em busca da estabilidade na produção familiar.

Segundo o Incra, a comunidade de produtores rurais em assentamentos, em 2013, perfazia no país “8.952 projetos, em uma área de 87,8 milhões de ha, com 1.258.205 famílias. As regiões norte e nordeste concentravam 73,6% do total das famílias assentadas (41,0% e 32,6%, respectivamente). Mas, enquanto o Norte conformavam 76,4% da área total dos projetos; o nordeste, apenas 12%. Nas demais regiões do país estavam os restantes 24,6% de famílias, em menos de 11,6% da área reformada”⁴ (Tabela 1) .

Tabela 1 - Assentamentos rurais, 2013.

Regiões	Famílias	Projetos	Área
Norte	515355	2075	67137826

⁴ UnB – Universidade de Brasília. **Assentamentos Rurais**. 2013. Disponível em: <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/realidade/2-assentamentos-rurais>>. Acesso em 10 Fev. 2018.

Nordeste	410092	4111	10563324
Sudeste	59289	746	1377532
Sul	55541	815	815983
Centro-Oeste	217928	1235	7987507
Brasil	1258205	8982	87882172

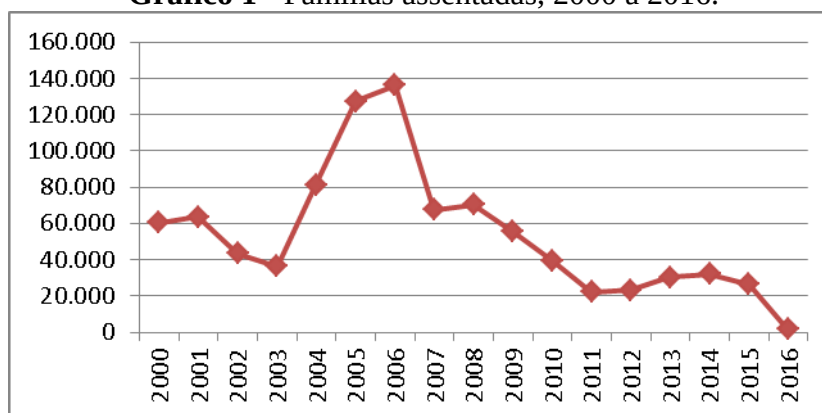
Fonte: INCRA.

A média anual de famílias assentadas de 1995 a 2012 foi de 65 mil famílias assentadas, sendo que, entre 1995/2002 foi de 62,9 mil e 2003/2012 foi de 65,9 mil. Contudo, nos dois últimos anos (2011 e 2012) registraram, desde 1995, o menor número de famílias assentadas (22 mil e 23,1 mil, respectivamente).

Os projetos de assentamento vêm apresentando uma tendência de diminuição desde 2006 (Gráfico 1). Este gráfico também mostra as linhas de tendências do comportamento assimétrico de famílias assentadas dos governos de FHC (Fernando Henrique Cardoso, 1995 a 2002) e de Lula (Luiz Inácio Lula da Silva, 2003 a 2010).

Segundo o Portal UnB³ (2013), “O comportamento no governo FHC foi de expansão do número de famílias assentadas por ano na primeira gestão, e de diminuição de famílias assentadas por ano na segunda gestão. Esse comportamento foi similar no governo Lula, só que com mais intensidade, tanto na expansão como na diminuição de famílias assentadas por ano”. Já no governo de Dilma (2011 a 2014), a linha se encontrava praticamente estável, mas com índices menores que os governos anteriores.

Gráfico 1 - Famílias assentadas, 2000 a 2016.



Fonte: INCRA.

Foi realizada a Pesquisa de Qualidade de Vida nos Assentamentos, em 2010, e mostrou que “em termos de infraestrutura e condições de vida 84% são alfabetizados, 70%

das moradias possuem mais de 5 cômodos, 76% possuem algum tipo de tratamento de dejetos, 79% informaram acesso suficiente à água e 76% possuem energia elétrica. Mas, 57% estavam descontentes com as condições das estradas ou vias de acesso aos lotes e 56% ao acesso a hospitais e postos de saúde”⁵. A pesquisa mostrou que a maior fonte de renda dos assentamentos é a agropecuária, onde algumas famílias utilizam de projetos como PRONAF para auxiliarem nessa produção.

Segundo os dados do INCRA, entre 2003 e 2010, nos assentamentos foram realizados os seguintes serviços e ações: O montante de R\$ 76 milhões a projetos de recuperação de áreas degradadas e manejo sustentável de recursos naturais, com foco na preservação da biodiversidade, beneficiando mais de 25 mil famílias; Aplicou R\$ 1,78 bilhão na abertura e recuperação de estradas, que facilitam o escoamento produtivo e melhoram a vida de milhares de famílias. O resultado é proporcional à grandeza do investimento. Foram construídos e reformados mais de 53 mil quilômetros de estradas vicinais que ligam os assentamentos aos centros de consumo; O montante de R\$ 76 milhões a projetos de recuperação de áreas degradadas e manejo sustentável de recursos naturais, com foco na preservação da biodiversidade, beneficiando mais de 25 mil famílias⁴.

Além de projetos voltados para a agricultura e geração de empregos, o governo criou também projetos com o objetivo de melhorar a educação nos assentamentos, como é o caso do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), criado em 1998, e “oferece cursos de educação básica, (alfabetização e ensinos fundamental e médio), técnicos profissionalizantes de nível médio e cursos superiores e de especialização”⁴.

Os assentamentos do semiárido sofrem principalmente com a falta de água e recursos para trabalhar essas terras e torná-las produtivas, tirando daí sua fonte de renda e garantindo uma vida digna. Investimentos e projetos governamentais poderiam ser ainda mais utilizados nesse processo, já que muitas vezes há necessidade de recurso financeiro.

De acordo com Silva (2003, p. 365), “as regiões semiáridas são caracterizadas, de modo geral, pela aridez do clima, pela deficiência hídrica com imprevisibilidade das precipitações pluviométricas e pela presença de solos pobres em matéria orgânica”. Essas características classificam as regiões semiáridas como sazonais.

Ainda segundo Silva (2003, p. 366), “a insuficiência e irregularidade na distribuição de chuvas, com médias anuais entre 268 e 800 mm, a temperatura elevada e a forte taxa de evaporação são características que se refletem no modelamento da paisagem predominante”.

⁵ UnB – Universidade de Brasília. **Assentamentos Rurais**. 2013. Disponível em: <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/realidade/2-assentamentos-rurais>>. Acesso em 10 Fev. 2018.

Tais características apontam para a necessidade de planejamento para as épocas que não apresentam chuvas, a fim de se produzir o ano todo com reservas de água.

Foi criada na década de 1980 a Articulação no Semiárido (ASA) com o objetivo de Contribuir para a implementação de ações integradas para o semiárido; a conservação, o uso sustentável e recomposição ambiental dos recursos naturais; a quebra do monopólio do acesso à terra, água e outros meios de produção; apoia a difusão de métodos, técnicas e procedimentos que contribuam para a convivência com o semiárido (ASA, 2001, p. 71).

“Fruto dessa articulação foi formulado e está sendo implementado o Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido: Um Milhão de Cisternas Rurais (P1MC). [...] Milhares de famílias foram beneficiadas com o acesso à água de qualidade próxima da residência” (SILVA, 2003, p. 376). Além desse projeto, a ASA dissemina práticas e tecnologias para manejo dos recursos hídricos e de agroecologia visando fortalecer a agricultura familiar.

Mesmo com a institucionalização da convivência com o semiárido, isso não foi suficiente para que mudanças realmente acontecessem. Algumas situações até melhoraram, mas o que se vê no dia a dia é a dificuldade de água na maioria das regiões do semiárido. O governo de Fernando Henrique estava mais interessado em racionalizar os custos do que realmente implementar novas ações inovadoras.

Em abril de 2003, foi lançado o Programa de Ações Integradas de Convivência com o Semiárido (Programa Conviver). Compreendeu um conjunto de ações voltadas para melhoria da vida dos agricultores familiares do semiárido brasileiro tendo como principais ações: a) o seguro-safra (renda mínima aos produtores); b) a compra de alimentos pelo governo federal, garantindo renda aos agricultores da região; c) o acesso ao crédito para ações de manejo e captação de recursos hídricos, investimento em culturas forrageiras e manejo da caatinga; d) o Cartão Alimentação para compra de alimentos; e) a assistência técnica e educação para desenvolvimento de metodologias e tecnologias de convivência com o semiárido (SILVA, 2003, p. 377).

Observou-se então que nessa época o governo se mostrava interessado em melhorar a situação dos moradores do semiárido, por meio de ações que pudessem reduzir as barreiras impostas pelas questões ambientais, visto que alguns projetos poderiam ser criados visando aproveitar melhor os recursos que essa região oferecia em certos períodos do ano.

Como geralmente os recursos financeiros são escassos, a agroecologia se destaca também como uma solução para os assentamentos produzirem de forma sustentável com o

pouco que possuem. Mas o uso da agroecologia requer uma mudança no pensamento daqueles que a utilizam, visto que é um método diferente do tradicional de produção.

Brasileiro (2009) fala sobre as dificuldades de se trabalhar com a agroecologia no seguinte trecho:

A alternativa de trabalhar com a agroecologia em uma região como a do semiárido nordestino requer mudanças radicais no atual modelo de desenvolvimento da agricultura familiar, que há anos é cultivada. Esse tipo de agricultura é a base da subsistência do sertanejo, pois ela mantém influência direta sobre as várias comunidades rurais existentes no bioma caatinga. A implementação de práticas agroecológicas é uma opção inovadora, já que requer uma mudança de postura na relação do sertanejo com o manejo da vegetação. (BRASILEIRO, 2009, p. 9).

Ainda segundo Brasileiro (2009), essas dificuldades podem ser supridas à medida que em os agricultores trabalham a ideia de uma visão mais profunda em sua relação com o meio ambiente, observando que o manejo adequado do solo pode trazer benefícios e reduzir malefícios. A agroecologia leva o produtor rural a aproximar-se de suas raízes e a trabalhar melhor os recursos naturais que a caatinga oferece, distanciando-se assim de produtores que acabam por danificar o solo e, “vale salientar que, além das práticas agroecológicas de agricultura familiar, são desenvolvidas, também na região, alternativas de manejo e de produção sustentável, utilizando-se os recursos naturais do bioma local” (BRASILEIRO, 2009, p. 10).

De acordo com Bergamasco (1997), os assentamentos rurais representam uma nova forma de produzir, controlando o tempo de trabalho e trabalhando para si mesmos, coisa que antes não era possível.

Ainda segundo Bergamasco (1997, p. 43), a “redefinição das relações sociais em torno da posse da terra pode ser compreendida como ponto de partida na redefinição de um conjunto de outras práticas sociais”, apontando assim para a necessidade de uma observação mais sistemática com o mercado consumidor e instituições voltadas para o meio rural. As atividades rurais passam então da mão do fazendeiro para os agricultores agora assentados.

Infelizmente, nem sempre essas alterações proporcionadas pelos assentamentos são apoiadas com suporte das políticas públicas, havendo sempre a necessidade de construir e reconstruir essas relações sociais, evitando conflitos históricos e econômicos.

Os dados do Programa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)/2011 mostram que há um baixo nível de escolaridade, condições precárias de moradia e baixos níveis de renda e remuneração de trabalho dos residentes. Segundo os dados fornecidos acima pelo

INCRA, pode-se notar a urgente necessidade da reforma agrária como forma de superar a situação precária de vida daqueles que vivem no meio rural do Brasil.

Então, a discussão sobre a reforma agrária entra em novo âmbito: Desenvolvimento para o campo. Para isso, visa-se dar assistência para as famílias assentadas e gerar empregos diretos ou indiretos no próprio campo, garantindo a permanência dos assentados no local, de forma digna. Um projeto de reforma agrária deve ainda dar condições de acesso à escola, moradia e outras diversas infraestruturas sociais.

A reforma agrária entra como um método para a volta do desenvolvimento do campo no interior do país, gerando oportunidades para os pequenos agricultores e evitando assim o êxodo rural, que lota as cidades de pessoas em busca de empregos, que muitas vezes não existem, gerando as periferias e miséria. A reforma agrária garante ainda a preservação ambiental e produção a baixo custo. Então, a reforma agrária se mostra como uma solução direta para os problemas no meio rural, e indireta para problemas em todo o país.

Segundo o MST (2017)⁶, desde abril, servidores do INCRA recebem incentivos para dar títulos individuais de propriedade da terra ao maior número possível de assentados da reforma agrária. Anunciado internamente como mecanismo de eficiência, o titulômetro é criticado por movimentos de defesa da reforma agrária, para quem a missão do instituto mudou de criar e fortalecer o desenvolvimento de assentamentos para conceder títulos individuais.

Os títulos são documentos que dão ao assentamento a autonomia sobre sua terra, dando-lhes direito de escolher o que vai fazer dela. É dever do INCRA promover o investimento em estradas, escolas, postos de saúde e financiamentos para o plantio. Como forma de tirar um pouco de sua responsabilidade, o INCRA distribui os títulos de domínios para os beneficiários.

Ao virar proprietário, o assentado perde uma série de benefícios. Quando o agricultor é assentado, ele busca financiamento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), com juros baixos. Quando ganha o título, ele tem que buscar esse crédito por conta própria, em bancos privados, o que é mais difícil. Com essas dificuldades e com o título de propriedade em mãos, a tendência é que os pequenos agricultores vendam o imóvel, afirma Igor Rolemberg, antropólogo e pesquisador dos conflitos fundiários na Amazônia. "É o fazendeiro próximo que vai comprar, o que aumenta a concentração

⁶ MST – Incra restringe recursos para assentados rurais. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2017/10/05/incra-restringe-recursos-para-assentamentos-rurais.html>>. Acesso em 11 Fev. 2018.

fundiária e aquece o mercado de terras." O titulômetro consagra uma mudança que já estava em curso no Incra.

De acordo com o MST⁵ (2017), em resposta a essa situação, o INCRA afirmou, em nota, que apenas recebem títulos de propriedade os agricultores de projetos de assentamento nos quais o instituto já cumpriu com as suas obrigações referentes a crédito, infraestrutura e assistência técnica. "Não há 'excesso de emissão' de títulos. O INCRA apenas trabalha para cumprir a sua obrigação e respeitar o direito assegurado ao beneficiário da reforma agrária", afirmou. O instituto diz ainda que o "titulômetro" é uma "ferramenta de endomarketing" para valorizar o trabalho e o comprometimento dos servidores.

O governo mostra-se buscando reduzir custos e responsabilidades referentes aos assentamentos e reforma agrária, visto que a quantidade de assentamentos tende a cair a partir de 2007, além dos cortes de gastos que afetam diretamente a vida dos assentados.

Além das dificuldades enfrentadas com o governo, os assentamentos sofrem também com outras situações internas, referentes às terras ocupadas. São geralmente terras improdutivas e escassas, que precisam de um cuidado e processo de restauração contínua para que produza novamente.

4 ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DO PROJETO DE ASSENTAMENTO SÍTIO DO GÓIS

O PA Sítio do Góis está localizado na zona rural do município de Apodi-RN, e é constituído por 60 famílias assentadas em uma área total de 1.364,50 ha, dividida em 60 lotes de 19 ha, com uma área coletiva e uma área de reserva legal (OLIVEIRA; SILVA, 2015).

A fundação aconteceu em 1997, para atender às famílias organizadas pelo Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Apodi - STTR e de outras entidades e movimentos sociais ligados ao campo, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Segundo Oliveira e Silva (2015, p. 3), “Após a desapropriação da terra as famílias deixaram de trabalhar como meeiras e passaram a trabalhar em terras próprias introduzindo o cultivo consorciado, possibilitando a integração de várias culturas que complementam-se em cadeias produtivas de alguns seguimentos e fortalecem a criação de pequenos animais”.

Como todo processo de conquista, foi marcado por alguns conflitos de interesses, por parte dos agricultores, esses interesses partiram da necessidade de garantir um pedaço de terra, já que a maioria eram agricultores e não dispunham de alternativas para garantir sua sobrevivência. A comunidade do Sítio do Góis, portanto, é fruto da necessidade dos trabalhadores sem terra em conquistar o direito de exercer uma atividade produtiva, ou seja, o trabalho agrícola.

Na formação e concretização dos objetivos dos trabalhadores, em conquistar a posse da terra, a contribuição de entidades representativas do movimento dos trabalhadores rurais, foi basilar, que sem essas entidades, as dificuldades enfrentadas seriam grandes obstáculos nessa conquista.

Algumas pesquisas já foram realizadas sobre o PA Sítio do Góis, mas eram pesquisas voltadas para a sobrevivência no semiárido e sobre o potencial medicinal das plantas da caatinga onde este fica localizado.

Portanto, o presente capítulo possui a missão de discorrer sobre o PA Sítio do Góis, explanando sobre sua formação, lutas e conquistas, organização política e métodos de sobrevivência com a seca.

4.1 HISTÓRIA DO ASSENTAMENTO SÍTIO DO GÓIS: LUTAS E RESISTÊNCIAS

Foram realizadas observações na comunidade, participação em Assembleias da comunidade e feitas entrevistas com alguns moradores, a fim de obter mais informações sobre

a comunidade. A vivência e moradia na comunidade proporcionou também uma grande quantidade de informações sobre o PA Sítio do Góis, que estão discutidas no presente capítulo.

O processo de conquista e instalação definitiva dos agricultores na região inicia-se na etapa de planejamento comunitário, partindo, sobretudo, da necessidade dos trabalhadores em se organizarem internamente para buscarem outras conquistas significativas para o desenvolvimento do assentamento. É nesse momento que surgiu a definição do nome do assentamento, prevalecendo o nome da antiga localidade, o Sítio do Góis.

Atualmente, o PA Sítio do Góis é composto por trabalhadores rurais e seus familiares, parte dos trabalhadores compõem a diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Apodi/RN. Em geral, os assentados trabalham, além da agricultura, como motoristas, pedreiros entre outros. Nesse sentido, a comunidade do Sítio de Góis é formada por pessoas que sonham e buscam construir uma vida digna através da legitimação dos seus direitos.

O assentamento Sítio de Góis foi constituído com 60 famílias. Surgiu no ano de 1998 e a ocupação foi de forma pacífica. Esse processo de assentamento surgiu juntamente com a necessidade de um pedaço de terra dos agricultores junto com a vontade da venda do proprietário que vendeu para o INCRA e junto com O STTR começou o processo de cadastro para novos moradores. Atualmente possui 65 famílias assentadas, possuindo cerca de 800 pessoas distribuídas entre adultos, crianças e idosos. Esses assentados utilizam as terras principalmente para sobreviverem da atividade agrícola de subsistência, caracterizada essencialmente pela cultura do plantio do milho com 75 ha de terra destinado a essa atividade, 60 ha para feijão, 25 ha para o plantio do algodão e 270 ha para o cultivo de outras plantações.

A produção para a comercialização não é uma atividade do assentamento, devido às dificuldades existentes na comunidade. Uma das dificuldades apresentadas pelos trabalhadores foi a ausência, no assentamento, de instrumentos e máquinas para auxiliar o plantio e o transporte de alguns produtos, viabilizando assim a produção em média e grande escala.

Paralelo à atividade agrícola, os trabalhadores exercem também a atividade extrativista, como a exploração da madeira, mas precisamente a macambira, que auxilia a renda familiar, já que a agricultura não é suficiente para a sua sobrevivência devido aos longos períodos de seca da região Nordeste. No entanto, essa atividade é uma alternativa secundária que os assentados encontraram para garantir sua sobrevivência.

A criação de animais no assentamento é voltada para uso interno, facilitando assim as atividades do cotidiano da comunidade, com um número significativo de animais no Sítio do

Góis, sendo assim composta por bovinos, caprinos e ovinos. Há também pessoas que extraem mel de abelhas, criam galinhas e cavalos. Essas pessoas possuem suas produções para os trabalhos do campo, bem como para o consumo próprio e alguns para a comercialização. A ampla área de vegetação nativa é uma das condições favoráveis para a criação desses animais. O assentamento fica localizado em área de Caatinga, podendo ser observada a riqueza da vegetação em plantas como juazeiro, aroeira, xiquexique, pau-branco, jurema, amburana, angico entre outras.

A fauna que constitui o quadro natural da região aponta uma variedade de animais silvestres e, apesar dessa realidade, a caça predatória é um fator preocupante na preservação das espécies em questão: tatu, veado, iguana, preá, tamanduá, raposa, macaco, guaxinim, cobra, papagaio, periquito, acoite, juriti, seriema, canário e outras espécies que compõem a fauna da região. Esses são os animais mais encontrados na fauna ao redor do assentamento, e muitas vezes são predados para consumo pelos moradores, seja por necessidade ou por curiosidade.

Os assentados do PA Sítio do Góis demonstram boa aceitação com bastante interesse, no tocante a efetivação de projetos que possam vir a gerar recursos que contribuam na renda familiar, e que venham a amenizar os problemas oriundos do período da seca, já que a única renda destes provém da agricultura, sendo inviabilizada com a falta de chuvas.

No tocante a organização interna, o assentamento conta hoje com sessenta e três casas de alvenaria e com a associação dos assentados do PA Sítio do Góis que é composta por 60 sócios, tendo na pessoa do Sr. Astrogildo Mariano o representante legal dos trabalhadores do assentamento. A associação possui representante na diretoria do sindicato dos trabalhadores da cidade ocupando o cargo de suplência do conselho fiscal.

A comunidade do PA Sítio do Góis foi beneficiada com alguns projetos que contribuem para o desenvolvimento das atividades do trabalhador rural, bem como para a melhoria do assentamento. Dentre estes projetos, destaca-se a liberação de recursos para a perfuração de um poço pelo INCRA no ano de 2000 com 331m e com vazão de 30m/h, que abastece toda a área. Há outros projetos, como os projetos financiados pelo Programa de Apoio ao Pequeno Produtor (PAPP) e projetos de financiamentos para a construção de casas. A implementação desses projetos foi uma conquista significativa para as famílias do assentamento, uma vez que proporcionou melhorias na vida dos seus moradores.

O assentamento conta, para o desenvolvimento educacional com a Escola Municipal Valdomiro Pedro Viana. A mesma é mantida por parte do poder Municipal que atende crianças de 03 a 12 anos com o ensino infantil até o fundamental I; essa Escola foi construída

no ano de 2016 através de luta que foi travada do Pólo Góis com o município. Pois a antiga Escola estava funcionando em péssimas condições, construída a mais de 60 anos, e atualmente possui 150 alunos, e seus professores são profissionais da própria comunidade. Diante do descaso, a comunidade foi até a câmara dos vereadores com cartaz e palavras de ordem para alcançar melhorias na Educação.

Na parte da saúde a comunidade tem uma Unidade Básica de Saúde que conta com o atendimento de um medico; técnica de enfermagem; uma enfermeira e três agentes de saúde, além do atendimento de uma nutricionista. O prédio da unidade de saúde e da comunidade foi construída através de esforço dos moradores sem contribuição do poder municipal e federal no ano de 1954 que leva o nome de Antonia Eudoxia de Moraes que durante muitos anos foi a parteira da comunidade colocando muita vida no mundo e salvando muitas mães. Todos os benefícios que tem na comunidade Góis e fruto de muita luta por parte dos moradores partindo do cemitério ate a escola, Sitio do Góis e conhecido como uma comunidade de lutas e muito reconhecimento por parte da sociedade local.

4.2 AS POTENCIALIDADES DO ASSENTAMENTO SÍTIO DO GÓIS

Em análises gerais, as potencialidades do PA Sítio do Góis caracterizam-se economicamente, por apresentar um solo fértil, mesmo após anos de seca prolongada, viabilizando assim a produção agrícola de diversos produtos. Por dispor de equipamento como trator e alguns implementos para a produção, embora estes não sejam suficientes para os objetivos no setor produtivo do assentamento, mas constitui enquanto possibilidade no que se refere as atuais facilidades que estes proporcionam para o assentamento. Possui também mão-de-obra disponível e condições para o desenvolvimento de atividades agrícolas como o projeto de capicultura, produção de carne e leite e a irrigação de plantas e frutas com poços de água salgada que foi perfurado através do INCRA para atender todo o assentamento Góis e a comunidade .

No que se refere às potencialidades sociais, o PA Sítio do Góis mantém uma parceria com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e entidades que atuam em áreas de assentamento, trabalhando a organização de grupos de jovens e mulheres e apresenta uma possibilidade de criação de espaços para os produtos produzidos no assentamento.

No aspecto político, o assentamento, através da pessoa do presidente da associação, busca estar inserido nos espaços representativos da categoria, visando melhorar as condições

de vida de todos que compõem o PA Sítio do Góis com vistas a defender os interesses de sua comunidade.

As potencialidades científico-tecnológicas apresentadas pelos assentados referem-se à existência de água no subsolo, necessitando apenas de máquinas para perfurar novos poços, e a constatação disso é a existência de três poços da Petrobrás fechados devido a saída de água. A comunidade conta ainda com máquinas que beneficiam a produção, como um trator, com mão-de-obra voltada para agricultura, e conta ainda com vegetação propícia para a criação de caprinos.

4.3 FORMAS DE ORGANIZAÇÃO POLÍTICA NO ASSENTAMENTO SÍTIO DO GÓIS

A organização máxima do PA Góis é a associação dos produtores e produtoras. Em assembleia a associação possui autonomia para discutir, debater e encaminhar resolução para todos os assuntos envolvendo a comunidade, que também se organiza em grupos de interesses comum: Grupo de mulheres; Grupo de jovens; Grupo de caprinocultores e Grupo de apicultores. Com essa filosofia de organização o coletivo das famílias do PA possui autonomia para influenciar nas decisões tomadas pela comunidade nos campos social, político, cultural e produtivo.

Através de projetos que visam captar recursos para a compra de equipamentos, seria possível aumentar a produção e a qualidade dos produtos produzidos na comunidade, visando abrir espaços para o mercado consumidor da região.

Há, ainda, a necessidade de políticas públicas direcionadas para atender as carências da comunidade, referentes a saúde, a educação, a lazer e, sobretudo, que venha proporcionar aos assentados a possibilidade de aperfeiçoamento profissional e de incentivos financeiros para desenvolver a renda familiar.

Nesse sentido, foi proposta a apresentação de projetos a serem inseridos a grupos de jovens e mulheres. No campo da saúde e da educação, as reivindicações permeiam na busca de se buscar alternativas, junto aos órgãos competentes, secretaria de saúde e secretaria de educação municipal, as medidas necessárias para amenizar os problemas vivenciados atualmente pela comunidade. Medidas estas voltadas para as principais carências citadas anteriormente: assistência e acompanhamento médico e medicamentos gratuitos.

Quanto à educação, se torna necessário trabalhar na perspectiva de buscar melhores condições de ensino, na estrutura física, com a construção de escolas e com o

aperfeiçoamento de professores, habilitando-os a trabalhar o ensino fundamental e médio na realidade da comunidade, contribuindo assim para a educação dos jovens e adultos.

Na questão da cultura e do lazer, a propostas apresentadas pelos assentados é que se viabilizem trabalhos que possam contribuir para o crescimento cultural da comunidade. Estas propostas estão relacionadas com a construção de um campo de futebol, ou mesmo uma quadra, para proporcionar momentos de lazer entre os moradores. A realização de eventos que proporcionem não só diversão, mas que venha a contribuir com as relações entre assentados atendendo ao interesse coletivo, ou seja, que sejam criados no PA Sítio do Góis espaços de construção da cidadania, através de benfeitorias e mobilizações com a comunidade. Realização também de palestras e reuniões que visem a legitimação dos direitos dos assentados e que apresentem alternativas que melhorem as condições de vida destes.

A proposta apresentada pela comunidade para as deficiências e carências-tecnológicas é a apresentação de projetos que proporcionem o avanço técnico da comunidade e, na dimensão ambiental, a criação de um aterro sanitário para que todo o lixo da comunidade seja concentrado em um só local, além de projetos direcionados para a preservação da vegetação e de animais silvestres.

Com o propósito de compreender melhor de que maneira as tecnologias sociais colaboram para a sustentabilidade familiar e/ou local, buscou-se entrevistar alguns agricultores beneficiado-experimentadores dos seguintes Programas: P1MC; BIOÁGUA; Banco de Sementes e PAIS, cujas experiências e impactos são evidenciados nos quadros a seguir.

Dona Maria Irene tem 58 anos, é moradora do Sítio do Góis, comunidade rural do município de Apodi, no Estado do Rio Grande do Norte. É beneficiária do P1MC. Ao ser questionada sobre como era a vida/rotina da família antes do P1MC, relata que: "Era difícil não tinha muita água para si viver. Era armazenada em pote e lata onde era pouca para tudo." Depois do Programa enfatiza que "Hoje tudo é mais fácil temos água de boa qualidade, limpa e podemos usar à vontade." Para D. Irene o Programa pode ser definido pela palavra "Avanço", e reconhece que promove a sustentabilidade uma vez que propicia "Melhoria na vida das pessoas."



Dona Maria Ivone Brilhante dos Santos é beneficiária do Bioágua Familiar. Tem 45 anos e, também, reside no Sítio Góis. Segundo a entrevistada, antes do Programa o esgoto era a céu aberto e não tinha reaproveitamento da água. A água vinha de poço tubulares que tem na comunidade. O seu armazenamento era feito em tambores de plástico e tanques. As dificuldades apontadas eram "não termos águas todos os dias e os depósitos não eram suficientes" para guardá-la. D. Maria Ivone revela que a "Rotina hoje é diferente, pois não temos água de esgoto nos



quintais assim evitando muriçocas e doenças. Também veio o melhoramento na alimentação com hortaliças assim dando um melhor maneira de saúde na família." Sustentabilidade é a palavra que define a tecnologia Bioágua para a família de D. Maria Ivone, tento em vista o fortalecimento e desenvolvimento pela família na criação de galinhas e outras culturas.



O Senhor Antonio do Rosário ou "Golinha", de 62 anos, mora no PA Tabuleiro Grande, zona rural do município de Apodi, no Estado do RN, e é beneficiário do Banco de Sementes, através do apoio da Cooperativa Terra Viva. "Antes do banco de sementes eu já guardava as sementes que foi uma coisa que meu pais me ensinou. Mas, era difícil guardar sementes em casa, sem ter um local certo. Mas, com ajuda da Terra Viva veio a conquista do banco de sementes que assim beneficiou eu e todos os agricultores da minha comunidade", afirma o Senhor Antônio. Ao ser questionado sobre a rotina hoje, informou que a "Rotina era complicada pois tinha minhas sementes boas, mas meus vizinhos não. Melhorou quando todos têm sementes boa de qualidade para produção de grande qualidade." Ao pedir que descrevesse com uma única palavra o que essa tecnologia representa para a família, revelou



"Qualidade". Para ele, "o banco de semente deu uma sustentabilidade grande, pois assim tenho sementes todos os anos".



Beneficiária do PAIS (Produção Agroecológica Integrada e Sustentável, Dona Dagneide Morais Costa tem 41 anos e mora no PA Sítio do Góis, no município de Apodi/RN. Antes do PAIS, D. Dagneide diz que a família tinha uma rotina normal. "Tinha pouco conhecimento, já agora tenho conhecimento como cuidar das plantas." Havia dificuldades pois a água para o consumo da família vinha "de um poço que era armazenado em tambores. Tinha muitas dificuldades porque era pouco para consumo da família." Acrescenta que: "Hoje a rotina é a luta da casa e de animais, mas isso por falta da água porque plantava verduras. Como hoje meu PAIS está desativado, mas quando funcionava



era muito bom porque tinha uma alimentação de boa qualidade." "Avanço" é a palavra que representa essa tecnologia de produção integrada. Quando questionada se o PAIS promove a sustentabilidade, afirmou que, o PAIS "Prova que o mundo é um ciclo que podemos viver com várias atividades como criar aves e plantas para ter uma boa alimentação.



Mediante as experiências apontadas, pode-se perceber que a sustentabilidade na visão dos agricultores familiares recebe significados distintos, ora atrelada à perspectiva da qualidade de vida, revelada através das palavras de D. Irene, ora relacionada à ideia de fortalecimento da produção, na visão de D. Ivone. O entendimento de sustentabilidade apresentado na fala do Senhor Antônio, aproxima-se da garantia de insumos (sementes) de forma contínua, já a beneficiária do PAIS, relaciona-o às várias possibilidades de produção com vistas à uma melhor alimentação.

Sabe-se que a crescente preocupação no que diz respeito aos impactos das atividades agrícolas tem ganhado ênfase nas discussões ambientais, devido a interação desarmoniosa entre o homem e o meio ambiente, ou melhor, do homem sobre o ambiente. A exploração excessiva dos solos, o uso de fertilizantes artificiais, irrigação desordenada, desmatamentos e

queimadas são exemplos de práticas agrícolas causadoras de impacto ambiental indevido. Diante disso, cada vez mais vem crescendo a preocupação pela disseminação de modelos alternativos de agricultura, que por sua vez proporcionem menos impactos negativos sobre os recursos naturais bem como na produção de alimentos.

Mesmo com o surgimento de políticas públicas e tecnologias que impulsionam o plantio integrado de diferentes culturas e criação animal, como o PAIS (Produção Agroecológica Integrada e Sustentável) e o Bioágua Familiar, por exemplo, ainda há a predominância de práticas tradicionais de cultivo. Para o agricultor familiar da região do semiárido potiguar é mais comum o plantio consorciado de milho e feijão, também intercalados com outras culturas como a melancia e o jerimum, principalmente. O fato é que esse plantio é realizado apenas no período chuvoso, cuja irrigação depende unicamente da água da chuva. Essa questão faz com que muitos agricultores, em anos de secas, percam a sua produção ou colham menos que o esperado. Outra prática de plantio é o sistema de vazantes

4.4 IMPORTÂNCIA DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA PARA O DESENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE

Foram realizadas entrevistas com três moradoras do PA Sítio do Góis, onde os critérios de escolha dos entrevistados foi sua participação nas lutas e conquista do assentamento com questões relacionadas ao perfil das mesmas e à vivência na comunidade. As três mulheres responderam que nasceram na própria comunidade, uma era casada, outra viúva e a outra solteira. Todas as mulheres moram na comunidade a mais de 30 anos, antes da comunidade ser Projeto de Assentamento e possuem filhos. Antes de surgir o assentamento todas moravam na fazenda e trabalhavam nas terras.

Duas mulheres responderam que em suas casas moram quatro pessoas e uma mulher respondeu que mora numa casa com cinco pessoas, sendo que em todos os casos, as terras são próprias e água encanada, mas duas são de alvenaria e a outra de taipa. As três mulheres produzem milho e feijão, e somente uma produz sorgo, e todas criam algum tipo de animal, onde galinha foi o animal criado por todas.

Quanto à escolaridade, uma entrevistada possui Ensino Fundamental Completo e outra possui Incompleto, e a última possui Ensino Médio Incompleto. A renda familiar de duas entrevistadas é de um a dois salários mínimos e a outra possui somente um salário mínimo. A origem dessas rendas vem, nos três casos, de roçados e criação de animais, uma delas de aposentadoria e outra de cargo público.

As três entrevistadas responderam que participam da associação da comunidade e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

Sobre a história da comunidade, as entrevistadas responderam o seguinte:

- Entrevistada 1: “Os mais velhos contavam que aqui era muito bom de água e que em uma de suas viagens Zé de Góis parou aqui para buscar ajuda ficando parado em um pé de oiticica e lá encontrou água, voltando para o Ceará, ele voltou a este lugar com sua família e aqui ficando e formando um povoado”.
- Entrevistada 2: “O pouco que sei ouvir dos mais velhos que Zé do Góis vinha do Ceará e por aqui encontrou água e alimentos assim constituiu uma família e aqui ficou até sua morte”.
- Entrevistada 3: “Sempre escutei de papai que foi Zé do Góis que vinha do Ceará e parou aqui achando água e alimento, caça do mato, assim ficando construiu família e a comunidade leva seu nome homenageando”.

Diante da pergunta “O que você conhece em sua comunidade que veio através das lutas e movimentos sociais?”, as respostas foram as seguintes:

- Entrevista 1: “Tudo que tem aqui, da escola até as casas do assentamento, vieram com luta dos moradores”.
- Entrevistada 2: “Sei que muita coisa que tem aqui veio através das lutas. Igrejas, quadra de esporte, unidade de saúde, escola, estradas. No nosso assentamento tudo veio junto com a organização que existe aqui”.
- Entrevistada 3: “Cemitério, quadra do Botafogo e do flamengo, centro de saúde, escola e poço da água”.

Todas as entrevistadas responderam que o nome da comunidade foi uma homenagem a Zé do Góis, que foi o primeiro a desbravar o que seria a comunidade.

Quanto à importância da organização política da comunidade, obteve-se as seguintes respostas:

- Entrevistada 1: “Tudo que temos veio através da organização que vem desde o tempo de meus bisavós. Começou na construção do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), o cemitério, estradas e hoje ainda continuamos com essa organização para melhorar a comunidade, como a luta da escola que era sonho da comunidade. Tudo que tem aqui é fruto de organização”.
- Entrevistada 2: “Já fui presidente do assentamento por 4 anos e vejo que a organização é fundamental para alcançar as metas que desejamos para melhorar nosso lugar. Um grupo

bem organizado tem muita força diante das políticas públicas do nosso país. Vejo a organização como uma peça fundamental em toda associação”.

- Entrevistada 3: “Já sou muito velha, participei pouco de movimento que o povo vai do assentamento, mas sei que é muito importante porque ele já conseguiu muita coisa nessas andadas: casas boas, terra, radio comunitária e grupo de teatro, que é muito bom esse grupo que tem aqui”.

A partir das respostas obtidas nas entrevistas, é possível perceber como a organização política foi e é importante para o desenvolvimento da comunidade, pois é por meio dela que se obtém novos recursos e benfeitorias para a comunidade. O acesso a empregos dignos e à escolas ainda é pouco mas, com muita luta e organização, busca-se melhorar esses setores. A comunidade possui muita história de lutas e conquistas para se fixar e se desenvolver, mas a comunidade busca a cada dia mais manter essa história e aumentar ainda mais a mesma.

5 CONCLUSÃO

O processo de conquista de assentamentos no Brasil é marcado por lutas, conflitos e conquistas, muitas vezes sangrentos. De um lado, temos os agricultores buscando terras para exercerem suas tarefas de subsistências, do outro, os grandes proprietários buscando manter suas posses de terras e seu alto poder aquisitivo.

A Reforma Agrária é um projeto governamental que visa a reorganização da estrutura fundiária, buscando ofertar terras para todos trabalharem, mas ainda é um projeto em planejamento e nunca ocorreu realmente no Brasil.

Após a conquista das terras, os assentamentos possuem o desafio de se fixarem nesses locais e criarem ali condições de sobrevivência e trabalho, se unindo para produzir em áreas já degradadas e com poucos recursos, lutando muitas vezes contra os problemas ocasionados pela seca no semiárido. Diante disto, esses assentamentos possuem estratégias para a convivência com os baixos recursos, como guardar sementes para épocas propícias ao plantio, buscar projetos para perfuração de poços, cisternas para armazenar água, produção pecuária e agrícola de subsistência e outras profissões que contribuem para sobrevivência.

O PA Sítio do Góis é um assentamento com pouco mais de 20 anos de conquista, que luta diariamente para manter-se forte e unido. É uma comunidade rural, localizada no semiárido brasileiro, que possui um nível de organização social e política que possibilita a luta nas dimensões econômica, social e ambiental, para a satisfação das necessidades das famílias.

As estratégias de convivência no semiárido nessa área são notadamente pela implantação de tecnologias adaptadas às baixas precipitações anuais, elevadas temperaturas e exploração racional das espécies vegetais e animais. Nesse viés, o papel da assessoria técnica, dos programas governamentais de assistência técnica e dos movimentos sociais foi e continua sendo fundamentais.

No que se refere às potencialidades sociais, O PA Sítio do Góis mantém uma parceria com o sindicato dos trabalhadores rurais e entidades que atuam em áreas de assentamento; trabalha a organização de grupos de jovens e mulheres e apresenta uma possibilidade de criação de espaços para os produtos produzidos no assentamento, visto que a localização do assentamento lhe proporciona proximidades com grandes mercados consumidores de produtos agrícolas.

No aspecto político, o assentamento, através dos diretores da Associação, busca se inserir nos espaços representativos da categoria, tais como o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Apodi (STTR) e nos movimentos sociais que venham a contribuir

com esse processo de melhorias das condições de vida de todos que compõem essa comunidade, com vistas a defender seus interesses.

As potencialidades científico-tecnológicas referem-se à existência de água no subsolo, necessitando apenas de recursos financeiros para perfurar novos poços e aquisição de máquinas para a agricultura, assim como possibilidade de execução de diversos projetos para desenvolvimento e melhoria da comunidade.

Mesmo com esses potenciais e a força de vontade dos assentamentos, essa comunidade ainda sofre com questões que poderiam ser amenizadas, como auxílios governamentais para desenvolvimento da agricultura e pecuária, acesso a melhores condições de saúde, escolaridade e o próprio acesso à comunidade.

Há alguns projetos desenvolvidos pelas organizações políticas para melhorias das situações muitas vezes precárias dos assentamentos, mas ainda são poucas, falhas, demoradas e extremamente burocráticas.

Tal pesquisa é de grande importância para o espaço acadêmico, pois muitos jovens dessa comunidade e de outras semelhantes estão hoje nas salas de aula das universidades, vindos de movimentos sociais, buscando aprendizado para levar à sua comunidade almejando desenvolvê-las da melhor forma possível.

REFERÊNCIAS

- ALCANTARA FILHO, J. L.; FONTES, R. M. O. A formação da propriedade e a concentração de terras no Brasil. **Revista de História & Economia Regional Aplicada**, v. 4, n. 7, 2009.
- ASA – Articulação do Semiárido Brasileiro. **Programa de Formação e Mobilização Social Para a Convivência com o Semiárido**. Recife: ASA, 2001.
- BERGAMASCO, S. M. P. P. **A realidade dos assentamentos rurais por detrás dos números**. Revista Estudos Avançados, São Paulo, v. 11, n. 31, 1997.
- BRASILEIRO, R. S. **Alternativas de desenvolvimento sustentável no semiárido nordestino**: da degradação à conservação. Scientia Plena, v. 5, n. 5, 2009.
- CARVALHO, H. M. Governo Lula e contra-reforma agrária no Brasil. Revista Adusp, 2003.
- COELHO, F. **Entre o bem e o mal**: representações do MST sobre os presidentes FHC e Lula (1995-2010). 2014. 440 f. Tese (Doutorado em História)-Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2014.
- COELHO, F. Reforma Agrária no Governo FHC: Perfil, tensões, número de famílias assentadas e áreas obtidas. **Revista Diálogos**, v. 20, n. 2, 2016.
- FERNANDES, B. M. **Reforma Agrária no Governo Lula**: a esperança. Presidente Prudente: NERA/UNESP, 2003.
- LEITE, S.; et al. **Um Estudo sobre o Meio Rural Brasileiro**. São Paulo, UNESP, 2004.
- MST – Movimento Sem Terra. **Incra restringe recursos para assentamentos rurais**. 2017. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2017/10/05/incra-restringe-recursos-para-assentamentos-rurais.html>>. Acesso em 10 Fev. 2018.
- GARCIA, A. **Sociologia de la reforma agrária en América Latina**. Buenos Aires, Amorrortu editores, 1973, p. 40.
- MARTINS, J. A reforma agrária no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso. **Tempo Social**, 15, n.º 2: 141-175, 2003.
- MESSIAS, F. T. **O agronegócio como política agrária nos governos Lula e Dilma nas charges de Carlos Latuff**. Dissertação (Mestrado em Comunicação), Universidade Estadual de Londrina, 2017.
- NORDER, L. A. C. **Políticas de Assentamento e Localidade**: os desafios da reconstituição do trabalho rural no Brasil. Universidade de Wageningen, Holanda, 2004.
- OLIVEIRA, A M.; SILVA, N. V. **Estratégias de convivência no semiárido potiguar: O caso do Assentamento de Reforma Agrária Sítio do Góes, Apodi-RN**. 6º Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental, Porto Alegre/RS, 2015.

OLIVEIRA, A. U. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Revista Estudos Avançados**, v.15, n.43, p. 185-206, 2001.

PASQUETTI, L. A. **Terra ocupada: Identidades Reconstruídas**. Dissertação (Doutorado em História Cultural) Universidade de Brasília, 2007.

Portal Reforma Agrária no Brasil. **Estatuto da Terra**. Disponível em: <<http://reforma-agraria-no-brasil.info/estatuto-da-terra.html>>. Acesso em 01 de Junho de 2018.

Revista Fórum. **E a reforma agrária, presidenta Dilma?**. Disponível em: <<https://www.revistaforum.com.br/e-a-reforma-agraria-presidenta-dilma/>>. Acesso em 27 de Agosto de 2018.

SACHS, I. Brasil rural: da descoberta à invenção. **Revista Estudos Avançados**, v.15, n. 43, São Paulo, 2001.

SAUER, S. O significado dos assentamentos de reforma agrária no Brasil. In: FRANÇA, Caio Galvão de; SPAROVEK, Gerd (Org). **Assentamentos em debate**. Brasília: NEAD, 2005.

SCOLESE, E. De FHC a Lula: manipulações, números, conceitos e promessas de reforma agrária. **Terra Livre**, Goiânia, ano 20, v. 2, nº 23, p. 123-138, 2004.

SILVA, R. M. A. **ENTRE DOIS PARADIGMAS: combate à seca e convivência com o semiárido**. Sociedade e Estado, Brasília, v. 18, n. ½, 2003.

STÉDILE, J. P. A Proposta do MST. **Caros Amigos**, São Paulo, n. especial: reforma agrária, 2003.

UnB – Universidade de Brasília. **Assentamentos Rurais**. 2013. Disponível em: <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/realidade/2-assentamentos-rurais>>. Acesso em 10 Fev. 2018.

Apêndice 1 – Roteiro de entrevista

Identificação (opcional)

Nome:

Apelido:

Data de nascimento: ____/____/____

Local onde nasceu: _____

Gênero: Feminino () Masculino ()

Estado civil: Solteiro () Casado () Amasiado ()

Origem da renda

() Roçado

() Cargo Público

() Criação

() Benefício social. Qual? _____

() Aposentadoria

() Outra

Situação de moradia

Local onde mora: _____

Quanto tempo mora na comunidade: _____

Número de filhos: _____

Quantas pessoas moram na casa? _____

A terra é própria? _____

Tamanho da propriedade ou unidade de trabalho? _____

Produz ou cria na terra? _____

Se sim, o que produz e o que cria? _____

Participação em organizações e/ou grupos

() Ass. Com. de agricultores

() Fórum popular de discussão

() Sind. trabalhadores rurais

() Cooperativas de crédito

() Coop. de comercialização

() Outro grupo informal. Qual? _____

Escolaridade

() Sem escolaridade

() Ens. Fund. Completo

() Ens. Fund. Incomp.

() Ens. Médio Completo

() Ens. Médio Incomp.

() Ens. Superior

() Técnico. Qual: _____

Característica da unidade domiciliar

() Alvenaria () Taipa

Condição de ocupação

() Própria () Cedida () Alugada

Possui água encanada?

() Não () Sim

Fonte: () Cisterna () Poço () Açude

Qual sua função no movimento social?

O que você conhece sobre a história de sua comunidade?

Renda familiar

() Menos de 1 salário mínimo

() 1 salário mínimo

() De 1 a 2 salários mínimos

() De 2 a 5 salários mínimos

() De 5 a 10 salários mínimos

O que você conhece em sua comunidade que veio através das lutas e movimentos sociais?

Porque sua comunidade recebe este nome?

Apêndice 2 – Sistematização dos questionários

Mapa da cidade de Apodi/RN.



Fonte: Google Maps.

Foram realizadas entrevistas com três mulheres:

Local de nascimento			
Sítio do Góis	Apodi	Mossoró	Outra
XXX			

Estado civil			
Casada	Viúva	Separada	Solteira
X	X		X

Quanto tempo mora na comunidade.			
0 a 10	10 a 20	20 a 30	30 acima
			XXX

Números de filhos			
0 a 4	4 a 5	5 a 10	10 a cima
X	X	X	

Quantas pessoas moram na casa			
0 a 4	4 a 5	5 a 10	10 a cima
XX	X		

A terra é própria	
SIM	NÃO
XXX	

Produz			
Milho	Feijão	Sorgo	Algodão
XXX	XXX	X	

Cria							
Caprinos	Bovinos	Suínos	Ovinos	Galinhas	Patos	Cavalos	Outros
XX	X	XX	XX	XXX			

Escolaridade							
Sem escolaridade	E. Fund. Completo	E. Fund. Incomp.	E. Médio Completo	E. Médio Incomp.	E. Superior	Técnico	Qual:
	X	X		X			

Característica da unidade domiciliar	
Alvenaria	Taipa
XX	X

Possui água encanada	
Sim	Não
XXX	

Renda familiar				
Menos de 1 salário mínimo	1 salário mínimo	1 a 2 salários mínimos	2 a 5 salários mínimos	5 a 10 salários mínimos
	X	XX		

Origem da Renda				
Roçado	Cargo Público	Criação	Aposentadoria	Outros
XXX	X	XXX	X	

Participação em organizações e/ou grupos:					
Ass. Com. de agricultores	Fórum popular de discussão	Sind. Trabalhadores Rurais	Cooperativa s de crédito	Coop. de comercialização	Outro grupo informal Qual?
XXX		XXX			

O que você conhece sobre a história de sua comunidade?

Os mais velhos contava que aqui era muito bom de água que em uma de suas viagens Zé de Góis parou aqui para busca ajuda ficando parado em um pé de oiticica que lá encontrou água voltando para o ceara ele voltou a este lugar com sua família e aqui ficando e formando um povoado.

O pouco que sei ouvir dos mais velhos que Zé do Góis vinha do ceara e por aqui encontrou água e alimentos assim constituiu uma família e aqui ficou ate sua morte.

Sempre escutei de papai que foi Zé do Góis que vinha do ceara e parou aqui achando água e alimento caça do mato assim ficando construiu família e a comunidade leva seu nome homenageado.

Entrevistado 1	Entrevistado 2	Entrevistado 3
----------------	----------------	----------------

O que você conhece em sua comunidade que veio através das lutas e movimentos sociais?

Tudo que si tem aqui da escola ate as casas do assentamento veio com luta dos moradores.	Sei que muita coisa que tem aqui veio através das lutas Igrejas quadra de esporte a unidade de saúde a escola estradas o nosso assentamento tudo veio junto com a organização que existe aqui.	Cemitério quadra do Botafogo e a do flamengo o centro de saúde a escola o poço da água.
Entrevistado 1	Entrevistado 2	Entrevistado 3

Porque sua comunidade recebe este nome?

Para homenagear Zé do Góis.	Porque foi Zé do Góis o primeiro habitante deste lugar	Por causa de Zé do Góis
Entrevistado 1	Entrevistado 2	Entrevistado 3

Para você, qual a importância da organização política dos moradores da comunidade?

Tudo,tudo que termos veio através da organização que vem deste do tempo de meus bisavós começou na construção do sesp o cemitérios estradas e hoje ainda continuamos com essa organização para melhorar a comunidade como a luta da escola que era sonho da comunidade tudo que tem aqui a fruto de organização.	Já fui presidente do assentamento por 4 anos e vejo que a organização e fundamental para alcançar as metas que desejamos para melhorar nosso lugar um grupo bem organizado tem muita forca diante das políticas publicas do nosso pais vejo a organização como uma peca fundamental em toda associações.	Já sou muito velha participou pouco de movimento que o povo vai do assentamento mais sei que e muito importante porque ele já conseguiu muita coisa nessas andada casas boas terra radio comunitário o grupo de teatro e muito bom esse grupos que tem aqui.
Entrevistado 1	Entrevistado 2	Entrevistado 3